

Justiça de Marabá, situada na Rua das Flores, s/nº, Esq. c/ Rod. Transamazônica - Agrópolis do INCRA, CEP 68.502-290 - Marabá - Pará - Fone (94) 3312-9900 Fax: (94) 3312-9904. Portaria nº 082/2018-MP/6PJMAB

Envolvido: Município de Marabá, Secretaria Municipal de Saúde de Marabá, Conselho Municipal de Saúde de Marabá. Assunto: Acompanhar o cumprimento do TAC referente a ACP nº 0007405-80.2016.8.14.0028 - Conselho Municipal de Saúde de Marabá.

Mayanna Silva de Souza Queiroz - Promotora de Justiça.

Protocolo: 393912

EXTRATO DA PORTARIA

Nº 012/2016/MP/6ªPJMAB (RETIFICADA)

A 6ª Promotora de Justiça de Marabá, com fundamento no art. 54, VI e § 3º da Lei Complementar nº 057/06, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo nº 000036-940/2016 que se encontra à disposição na Promotoria de Justiça de Marabá, situada na Rua das Flores, s/nº, Esq. c/ Rod. Transamazônica - Agrópolis do INCRA, CEP 68.502-290 - Marabá - Pará - Fone (94) 3312-9900 Fax: (94) 3312-9904.

Portaria nº 012/2016/MP/6ªPJMAB (RETIFICADA)

Envolvido: Município de Marabá, Centros de Referência em Assistência Social (CRAS) de Marabá.

Assunto: Acompanhar a adequação dos Centros de Referência em Assistência Social (CRAS) de Marabá.

Mayanna Silva de Souza Queiroz - Promotora de Justiça.

Protocolo: 393828

EXTRATO DA PORTARIA Nº 020/2018-MPPA/PJSFP (NOS TERMOS DO OFÍCIO CIRCULAR N. 059/2014-MP/PGJ)

O PROMOTOR DE JUSTIÇA DE SÃO FRANCISCO DO PARÁ, com fundamento nos arts. arts. 127 e 129, II, III, VI da Constituição Federal de 1988; art. 182, incisos III da Constituição do Estado do Pará de 1989; arts. 52, inciso VI e 54, I da Lei Complementar Estadual nº 057/2006 e arts. 25, inciso IV, "a" e "b" e 26 da Lei Federal nº 8.625/93; arts. 1º, I, IV e VI e 8º, §1º da Lei Federal nº 7.347/1985; Lei 8.429/1992; Lei 6.766/1979; na forma prescrita na Resolução n. 010/2011 do Colégio de Procuradores de Justiça do Estado do Pará e Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público, torna pública a instauração do procedimento preparatório de inquérito civil n. 020/2018-MPPA/PJSFP, cujos autos encontram-se disponíveis na sede da Promotoria de Justiça de São Francisco do Pará, situada na avenida Celso Machado, sem número, Fórum Pretor Ruy Zacharias Martyres, Centro, São Francisco do Pará - PA, CEP 68748-000, fone 91 3774-11-84, e-mail: mpsaofranciscodopara@mppa.mp.br.

PORTARIA N. 0020/2018-MPPA/PJSFP (SIMP 000412-302/2018)

Investigados: MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO PARÁ; MARCOS CÉSAR BARBOSA E SILVA; ROBERT CAMPOS; JOSÉ IRIS CAVALCANTI; JOZENILDA MARIA DA ROCHA CAVALCANTI e KLEBER DA ROCHA CAVALCANTI.

Assunto: Apuração de responsabilidade civil e administrativa resultante da realização de loteamento urbano irregular, em prejuízo ao meio ambiente, à ordem urbanística e com infringência às disposições legais correlatas, em especial as disposições da Lei 6.766/1979.

Paulo Igor Barra Nascimento - Promotor de Justiça

Protocolo: 393845

EXTRATO DA PORTARIA Nº 052/2018-MP/PJO

A Promotora de Justiça de Óbidos/PA, com fulcro no art. 54, VI e §3º da Lei Complementar nº 057/2006 e no art. 4º, VI da Resolução nº 23-CNMP, de 17/09/2007, torna pública a conversão do Procedimento Preparatório nº 003/2018MP/PJO em Inquérito Civil nº 003/2018-MP/PJO que se encontra à disposição na Promotoria de Justiça de Óbidos, situada na Praça Barão do Rio Branco, s/n, Centro, CEP 68250-000, Óbidos/PA.

Portaria nº 052/2018-MP/PJO

Requeridos: Município de Óbidos e Emanuelle Camarão Costa Santana

Assunto: Apurar supostas irregularidades na contratação da advogada EMANUELLE CAMARÃO COSTA SANTANA, nomeada para cargo de provimento em comissão de Representante do Município em Polo de Referência - Brasília, vinculada ao Gabinete do Prefeito Municipal de Óbidos/PA

Évelin Staevie dos Santos - Promotora de Justiça

Protocolo: 393856

EXTRATO DE PORTARIA DE

INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO

O Ministério Público do Estado do Pará torna pública a instauração de Procedimento Preparatório, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos e subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração dos fatos investigados.

PORTARIA

Procedimento Preparatório nº 000120-440/2018

Instauração: 30/11/2018

Investigante: 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural e Habitação e Urbanismo de Ananindeua.

Origem: Procedimento instaurado mediante reclamação protocolada a relatar que o nacional José de Sousa Coelho e seus respectivos empregados estariam praticando crime ambiental, na Estrada Santana do Aurá, SN, Bairro Aurá, neste município, que está situada na APA (Área de Proteção Ambiental);

Objeto: Acompanhar e fiscalizar, de forma continuada, a atuação do poder público quanto à realização de manutenção por parte das Secretarias competentes quanto à resolução da demanda ora posta.

Ananindeua-PA, 30 de novembro de 2018.

LIZETE DE LIMA NASCIMENTO

Promotora de Justiça, em exercício na 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural e Urbanismo de Ananindeua

Protocolo: 393957

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

Nº 000087-110/2013

PRESTAÇÃO DE CONTAS – ANO CALENDÁRIO DE 2011

Entidade: FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ

ARQUIVAMENTO

DA CONCLUSÃO

Ante as razões aduzidas e aquelas contidas nos autos, tendo em vista ainda que, por ser pessoa jurídica de direito privado, com interesse meramente classista, o Ministério Público Estadual, pela Promotoria de Justiça de tutela das Fundações e Entidades de Interesse Social, houve por bem, considerando a ausência de atribuições legais para o velamento ou fiscalização dos sindicatos;

1) PROMOVER, nos moldes do art. 9º da Lei 7.347/1985, o ARQUIVAMENTO deste procedimento administrativo, por falta de legitimidade do Ministério Público Estadual, pela Promotoria de Justiça de Tutela de Fundações, Entidades de Interesse Social, Falência e Recuperação Judicial da Comarca de Belém;

2) PUBLICAR, na imprensa oficial, esta decisão administrativa;

3) CIENTIFICAR o presentante legal da entidade;

4) COMUNICAR ao Conselho Superior do Ministério Público a providência aqui adotada, conforme preceitua o art. 8º, II c/c art. 12 da Resolução nº 174/2017[1], do Conselho Nacional do Ministério Público.

6) REMETER ao Apoio Administrativo, para excluir FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ do cadastro do Sistema de Controle de Processos Extrajudiciais – SCPE.

Belém (PA), 18 de abril de 2018.

Helena Maria Oliveira Muniz Gomes

2ª Promotora de Justiça de Tutela das Fundações Privadas, Associações de Interesse Social, Falência e Recuperação Judicial e Extrajudicial.

[1] Art. 8º O procedimento administrativo é o instrumento próprio da atividade-fim destinado a:

(...)

II – acompanhar e fiscalizar, de forma continuada, políticas públicas ou instituições;

(...)

Art. 12. O procedimento administrativo previsto nos incisos I, II e IV do art. 8º deverá ser arquivado no próprio rgo de execução, com comunicação ao Conselho Superior do Ministério Público ou à Câmara de Coordenação e Revisão respectiva, sem necessidade de remessa dos autos para homologação do arquivamento.

Protocolo: 393836

ATO N.º 211/2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais, e considerando os termos do requerimento protocolizado sob o n.º 56519/2018, em 7/12/2018,

R E S O L V E: EXONERAR, a pedido, de acordo com o art. 60, inciso II, da Lei Estadual n.º 5.810, de 24/1/1994, PÉRCIDA ROSA ALVES do cargo de provimento em comissão de Assessor de Promotoria de Justiça de 2ª Entrância, MP.CPCP-102.3, nomeada por meio do Ato n.º 338/2017, datado de 16/11/2017, publicado no D.O.E. de 23/11/2017, a partir de 7/1/2019.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Belém, 14 de dezembro de 2018.

GILBERTO VALENTE MARTINS

Procurador-Geral de Justiça

ATO N.º 212/2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais, e considerando os termos do requerimento protocolizado sob o n.º 56534/2018, em 7/12/2018,

R E S O L V E: EXONERAR, a pedido, de acordo com o art. 60, inciso II, da Lei Estadual n.º 5.810, de 24/1/1994, JONATHAN IGNARRA DE FREITAS do cargo de provimento em comissão

de Assessor de Promotoria de Justiça de 1ª Entrância, MP .CPCP-102.3, nomeado por meio do Ato n.º 126/2017, datado de 25/4/2017, publicado no D.O.E. de 28/4/2017, a partir de 7/1/2019.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Belém, 14 de dezembro de 2018.

GILBERTO VALENTE MARTINS

Procurador-Geral de Justiça

ATO N.º 213/2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais, e considerando os termos do requerimento protocolizado sob o n.º 56353/2018, em 7/12/2018,

R E S O L V E: EXONERAR, a pedido, de acordo com o art. 60, inciso II, da Lei Estadual n.º 5.810, de 24/1/1994, WAGNER BURTON CARDOSO do cargo de provimento em comissão de Assessor de Promotoria de Justiça de 1ª Entrância, MP.CPCP-102.3, nomeado por meio do Ato n.º 176/2018, datado de 28/9/2018, publicado no D.O.E. de 3/10/2018, a partir de 7/1/2019.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Belém, 14 de dezembro de 2018.

GILBERTO VALENTE MARTINS

Procurador-Geral de Justiça

ATO N.º 214/2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais, e considerando os termos do Ato n.º 207/2018, de 7/12/2018, publicado no D.O.E. de 12/12/2018,

R E S O L V E: EXONERAR, de acordo com o art. 60, inciso I, da Lei Estadual n.º 5.810, de 24/1/1994, JOSÉ LEALDO DOS ANJOS do cargo de provimento em comissão de Auditor de Controle Interno, MP.CPCI-101.4, nomeado por meio do Ato n.º 76/2013, datado de 15/7/2013, publicado no D.O.E. de 6/8/2013, a contar de 3/12/2018.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Belém, 14 de dezembro de 2018.

GILBERTO VALENTE MARTINS

Procurador-Geral de Justiça

ATO N.º 215/2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais, e considerando os termos do Ato n.º 207/2018, de 7/12/2018, publicado no D.O.E. de 12/12/2018

R E S O L V E: NOMEAR, de acordo com o art. 183 da Constituição do Estado do Pará, c/c os arts. 6º, inciso II, e 7º da Lei Estadual n.º 5.810, de 24/1/1994, JEFFERSON ROSA COELHO para exercer o cargo de provimento em comissão de Auditor de Controle Interno, MP.CPCI-101.4, a partir de 14/12/2018.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Belém, 14 de dezembro de 2018.

GILBERTO VALENTE MARTINS

Procurador-Geral de Justiça

Protocolo: 393985

EXTRATO DA PORTARIA N.º 049/2018-MP/PJIP

A Promotoria de Justiça de Ipixuna do Pará, com fundamento no art. 54, VI e §3º da Lei Complementar n.º 057/06, torna pública a instauração de Procedimento Administrativo que se encontra à disposição na Promotoria de Justiça de Ipixuna do Pará, sito à Trav. Padre José de Anchieta, s/n, Bairro Centro, Prédio do Fórum, CEP: 68.637-000, Ipixuna do Pará/PA, fone/fax: (91) 3811-2629.

Portaria n.º 049/2018-MP/PJIP

Interessado(s): LUIZA MARIA DE LIMA; ANTONIO DE ALELUIA MEDEIROS; Município de Ipixuna do Pará;

Objeto: "para adotar providências em face de situação de risco na qual estão inseridos a idosa LUIZA MARIA DE LIMA e ANTONIO DE ALELUIA MEDEIROS, pessoa portadora de doença mental".

Monique Nathyane Coelho Queiroz - Promotora de Justiça

Protocolo: 393925

Extrato da Portaria nº 082/2018-MP/6JMAB

A 6ª Promotora de Justiça de Marabá, com fundamento no art. 54, VI e § 3º da Lei Complementar nº 057/06, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo nº 000429-940/2018 que se encontra à disposição na Promotoria de Justiça de Marabá, situada na Rua das Flores, s/nº, Esq. c/ Rod. Transamazônica - Agrópolis do INCRA, CEP 68.502-290 - Marabá - Pará - Fone (94) 3312-9900 Fax: (94) 3312-9904.

Portaria nº 082/2018-MP/6PJMAB

Envolvido: Município de Marabá, Secretaria Municipal de Saúde de Marabá, Conselho Municipal de Saúde de Marabá.

Assunto: Acompanhar o cumprimento do TAC referente a ACP nº 0007405-80.2016.8.14.0028 - Conselho Municipal de Saúde de Marabá.

Mayanna Silva de Souza Queiroz - Promotora de Justiça.

Protocolo: 393951